



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV-545

00014

Data:  
05/10/11

Proposição: Medida Provisória 545/2011

Autor: Dep. REINHOLD STEPHANES

Nº do prontuário

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página:

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

## EMENDA ADITIVA

Inclua-se o seguinte art. 2º na Medida Provisória nº 545, de 29 de setembro de 2011, renumerando os demais:

Art. 2º. O art. 14 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 14.** .....

VIII) adubos ou fertilizantes e suas matérias-primas; (NR)

§1º. No caso do inciso VIII, o disposto no caput aplica-se até 31 de dezembro de 2016." (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

Os fertilizantes representam cerca de 30% dos custos de produção das principais culturas brasileiras, um mercado estimado em R\$ 15 bilhões a cada safra e com tendência de crescimento de 7% ao ano.

Cerca de 75% dos 26 milhões de toneladas de fertilizantes consumidos no Brasil são importados, oriundos de países como Canadá, Rússia, Tunísia, Israel e Jordânia. No caso do potássio, esse percentual chega a 92%.

Além das oscilações de preços no mercado internacional e também do câmbio, a elevada dependência do Brasil do mercado externo é agravada pela deficiência de infraestrutura dos portos brasileiros. Anualmente são pagos cerca de US\$ 140 milhões em taxas cobradas pela demora no descarregamento dos navios com fertilizantes (*demurrage*) e mais US\$ 300 milhões de Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).

A incidência do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM proporciona considerável impacto nos custos dos insumos destinados ao setor agrícola. Entre as substâncias usadas como matérias-primas, estão os nitrogenados, fósforo e potássio, nas quais incidem a taxa de 25% sobre o transporte. O frete de outros elementos como glifosato e nitrato de amônia, que são importados em quantidades significativas pelo Brasil, também são onerados pelo AFRMM.

Em consonância, o Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), afirma que a alíquota de 25% do AFRMM sobre os produtos transportados eleva substancialmente os custos de produção do setor agrícola, diminuindo a sua competitividade em relação aos concorrentes do mercado internacional.

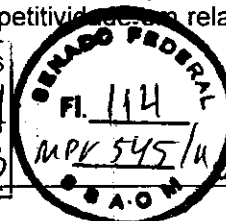
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas

Recebido em 05/10/2011 às 19:21

Maurício

Matr.

47263



continua

## CONTINUAÇÃO DA JUSTIFICAÇÃO DA EMENDA ADITIVA À MP 545/2011

O MAPA defende a eliminação permanente do AFRMM sobre os produtos agropecuários. Afirma que tal iniciativa reduziria de 5% a 10% o preço final desses insumos, que estão entre os itens com maior representatividade nos custos de produção da atividade agropecuária. É sabido, que os valores pagos pelas importadoras de insumos agrícolas do adicional é incorporado ao produto final e repassado para o produtor, resultando em custos mais altos para a produção de matéria-prima, inclusive da matéria-prima produzida no mercado interno.

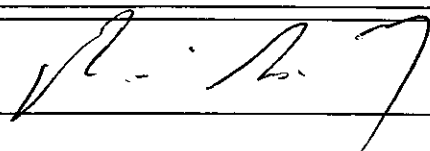
O MAPA elaborou o Plano Nacional de Fertilizantes, priorizando a construção de usinas de nitrogenados para a produção de uréia, a exploração de jazidas de fósforo, a pesquisa de jazidas em Mato Grosso e um marco regulatório para exploração de jazidas de potássio no Amazonas.

Segundo estudos do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o Brasil tem capacidade de ampliar a produção de fertilizantes para atender o mercado interno, bastando investimentos no setor. Exemplos desse potencial é a jazida de Nova Olinda do Norte, na Amazônia, que conforme estudos é a terceira maior reserva de potássio do mundo.

Contudo, após pouco mais de dois anos do seu lançamento, pouco se avançou na efetiva implementação do Plano, resultando na morosidade e na estagnação de projetos importantes para agropecuária brasileira.

Desta forma, propomos a isenção temporária da cobrança do AFRMM, amenizando os impactos sobre os custos enquanto os projetos de produção de fertilizantes no Brasil não avançam.

Assinatura



Dep. REINHOLD STEPHANES – PMDB/PR

